

## As Relações Comerciais Sino-Brasileiras no Século XXI

*Arnaldo José da Luz<sup>1</sup>*

### Resumo

O presente artigo tem como tema central compreender a natureza dos fluxos comerciais do Brasil com a República Popular da China, nos anos 2000. A inquietação pelo tema surge diante do acelerado crescimento chinês e quais as suas implicações sobre o Brasil. Descrevem-se e analisam-se as principais trocas realizadas na balança comercial sino-brasileira buscando avaliar o perfil dos produtos brasileiros e chineses a partir do seu conteúdo tecnológico. Os dados são tabulados e interpretados através do Sistema Alice do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil. Pretende-se verificar os esforços de ambos os países no fortalecimento das relações econômico-comerciais.

**Palavras-chave:** Relações Comerciais; Crescimento Econômico; Tecnologia.

### Resumen

Este artículo se centra en la comprensión de la naturaleza de los flujos comerciales entre Brasil y la República Popular de China en la década de 2000. Los disturbios se presenta ante el tema del crecimiento chino rápida, y cuáles son sus consecuencias para Brasil. Este artículo describe y analiza el comercio principales acciones en la balanza comercial entre China y Brasil tratan de analizar el perfil de productos brasileños y chinos de su contenido tecnológico. Los datos son tabulados e interpretados a través del Sistema Alice del Ministerio de Fomento, Industria y Comercio (MDIC) de Brasil. Su objetivo es comprobar los esfuerzos de ambos países en el fortalecimiento de las relaciones económicas y comerciales.

**Palabras clave:** Relaciones Comerciales; Crecimiento Económico; Tecnología.

### Introdução

O presente trabalho tem por objetivo compreender a natureza dos fluxos entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (RPC), com especial atenção aos fluxos comerciais e tecnológicos, nos anos 2000. A ideia de uma “geografia dos fluxos” ganha nova perspectiva a partir da produção de Milton Santos (1978), disseminando o conceito de espaço geográfico como um sistema de fluxos e fixos. O espaço produzido pode, portanto, ser tratado como um conjunto inseparável de fixos e fluxos. A escolha pelo tema surge diante da inquietação sobre o acelerado crescimento chinês, nas últimas décadas.

O recente processo da globalização é incompleto e assimétrico tendo como principal peculiaridade o *déficit* governamental. A globalização é determinada, essencialmente, pela condição desigual dos atores que atuam em sua construção. Milton Santos (2000) destaca a face cruel da globalização, consequência da submissão opressora da informação e do poder aquisitivo, da intensificação dos conflitos, da corrente disputa de ideias e o desbaratamento de paradigmas

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela UEPG; Mestre em Ciência Política pela UFPR. arnaldo506@bol.com.br

anteriormente reverenciados, à direita e à esquerda, da violência estrutural e, por fim, do enfraquecimento do Estado e sua condição de elaborar políticas. As disparidades geográficas são intrínsecas ao desenvolvimento capitalista, concluindo no desenvolvimento desproporcional como produto e premissa para o capital.

Indaga-se sobre como evoluíram as relações comerciais sino-brasileiras ao longo dos anos 2000. Coloca-se como hipótese que durante a primeira década do século XXI, as trocas comerciais entre Brasil e China ganharam relevo, por um lado, devido à importância de produtos brasileiros enviados à China, como minérios, alimentos e recursos energéticos, e por outro, devido aos investimentos e tecnologia chinesa presentes no Brasil. Com esses movimentos estabeleceu-se uma relação de dependência, principalmente pela urgência brasileira de investimentos chineses e parceria tecnológica.

A dependência aparece como um movimento revisionista do desenvolvimentismo, com vistas a sedimentar formas de integração à nova ordem econômica internacional ou a transformação alternativa da lógica global capitalista. Sociologicamente, a questão do desenvolvimento explicita a relevância da abordagem das estruturas de dominação, maneiras de estratificação social, organização e controle social da produtividade e da demanda, como fatores determinantes e influentes na economia e nas decisões (SALDANHA, 2006, p. 231).

Para melhor entendimento, este trabalho será dividido em cinco partes, que além desta introdução, na segunda parte será realizado o referencial teórico-metodológico, procurando esclarecer o leitor sobre os principais conceitos e autores abordados pela teoria escolhida. Na terceira seção será feita a abordagem histórica resgatando o reatamento das relações sino-brasileiras. Nesta parte ainda serão abordados os acordos de cooperação tecnológica, comércio, infraestrutura, indústria, etc.

Na quarta seção serão verificadas as principais trocas na balança comercial sino-brasileira. Serão passados em revista os principais produtos exportados e importados por China e Brasil, procurando elucidar quais são os agentes motivadores dessas trocas. Ao final do trabalho serão feitas as considerações finais sobre as relações comerciais e tecnológicas sino-brasileiras.

Para a obtenção da descrição das mercadorias e dos valores do comércio entre Brasil e RPC foi utilizado o Sistema Alice, que é o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, denominado ALICE-Web, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o qual foi desenvolvido com vistas a modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e importações brasileiras.

O ALICE-Web é atualizado mensalmente, quando da divulgação da balança comercial, e

tem por base os dados obtidos a partir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), sistema que administra o comércio exterior brasileiro. No momento, o acesso ao ALICE-Web é gratuito. Para proceder à consulta, basta clicar no módulo de pesquisa desejado. As informações estão disponíveis em [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br).

### **Referencial teórico-metodológico**

Nesta parte, procura-se identificar as teorias da dependência e da interdependência assimétrica como modelos de análise para a relação China-Brasil no comércio bilateral, identificando a forma de como estes aportes teóricos serão úteis para realizar a análise aqui proposta. A formulação de teorias para explicar os acontecimentos que afetam a política mundial é uma das formas de verificar o quanto um fato pode mudar uma determinada realidade (NYE; KEOHANE, 1977).

Conforme Nye e Keohane (1977), o nível de vulnerabilidade de cada uma das partes, neste tipo de relação, interdependência assimétrica, está intrinsecamente ligado à dependência e à capacidade de resposta às transformações ocorridas na relação no decorrer do tempo. Quanto maior a dependência brasileira dos investimentos e parceria tecnológica dos chineses, maior também a vulnerabilidade, pois no caso de haver uma mudança na relação em que sejam impostos custos ou que sejam minimizadas as vantagens, na hipótese de que o Brasil não tenha alternativas relevantes, terá que arcar com os ônus e acatar a redução dos benefícios. Para a China a situação é semelhante, pois quanto maior for sua dependência dos produtos brasileiros, maior será a sua vulnerabilidade, tendo que arcar com as condições impostas por alterações nas relações.

As relações entre os Estados por muitos séculos geraram certa dependência de uma parte à outra, dado o interesse próprio de cada nação. Para Amin (2005), as relações entre os atores no sistema internacional ocorrem de maneira exploratória devido ao peso político-econômico de uma parte à outra. Sugerir probabilidades de estudo de conjunto no sistema internacional requer destacar as relações de dominação e/ou subordinação e a concorrência entre os Estados. Porém, o autor destaca o risco de negligenciar a relevância das dinâmicas dadas dentro de cada região. Neste sentido, cabe ressaltar as relações ocorridas no mundo, dito periférico, especialmente as aproximações chinesas na América Latina e África.

Após um período de euforia econômica na América Latina após a Segunda Guerra, com a possibilidade de industrialização pela substituição de importações, especialmente a partir de fins dos anos 1950, a região inicia um processo de crise e estagnação. Neste momento, surge a teoria da dependência que almejava explicar e indicar os novos caminhos para que a economia regional reencontrasse o desenvolvimento.

Conforme Theotônio dos Santos, a dependência pode ser compreendida como um fator histórico modelador da estrutura econômica global, beneficiando alguns países em detrimento de outros, restringindo a possibilidade de crescimento de economias subordinadas, sendo a economia de determinado grupo submetida ao desenvolvimento e expansão das economias centrais (SALDANHA, 2006).

Theotônio dos Santos, Celso Furtado e Rui Mauro Marini comparavam as relações econômicas entre países desenvolvidos e as nações do terceiro mundo com o modelo metrópole-satélite, onde os interesses da metrópole sempre predominavam, transformando as nações subdesenvolvidas dependentes, apossando-se dessa forma dos excedentes por elas produzidos, condicionando a esse fenômeno fatores políticos, culturais, sociais, históricos e econômicos. Para os autores, a construção das estruturas de maneira dependente perenizava a estagnação econômica (SALDANHA, 2006).

De maneira geral, os teóricos da dependência compartilham três ângulos comuns. Primeiramente, creem que a dependência apresenta o cenário mundial com dois grupos de Estados, dominantes e dependentes, centro e periferia ou metrópole e satélite. Os países industrializados caracterizam-se como dominantes, e os Estados dependentes estão localizados na América Latina, África e Ásia (com exceção do Japão, Coreia do Sul e China), com baixa renda *per capita* e basicamente exportadores de bens agrícolas, minerais e energia.

Em segundo lugar, acatam o Estado como protagonista da geopolítica mundial, porém aceitando as forças externas como importantes. Entre as forças externas estão as empresas transnacionais, os sindicatos, as organizações internacionais e a sociedade civil organizada.

Em terceiro lugar, para os autores da dependência as relações entre os Estados dominantes e dependentes tende para uma situação de perpetuação e aumento das assimetrias existentes. Assim, a dependência é tida como um processo histórico de internacionalização do capitalismo, que ocorre desde o século XVI, com o domínio do sistema internacional pelas nações desenvolvidas, sendo o subdesenvolvimento resultado de uma série de interações dadas no cenário mundial capitalista, que direcionaram a uma condição de dependência exterior das nações periféricas (SALDANHA, 2006).

De caráter geral, a teoria da dependência almeja explicar o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dependente por meio de exame de padrões de interações entre os países, sendo as assimetrias parte integrantes dessas interações históricas. Todavia, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dependente estariam ligados à ampliação das nações mais desenvolvidas, considerando a disparidade existente entre os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, inserindo-os na mesma ordem externa.

Os teóricos da dependência colocam o fator externo ao Estado como indutor de

subdesenvolvimento ou do desenvolvimento dependente, pois os Estados estão centrados em uma ordem essencialmente capitalista, e o fator externo, como forma de produção, após ter se desenvolvido nos países centrais, desponta como produto tardio da expansão geográfica do capitalismo central, sendo resultado maléfico e mantenedor da ordem iníqua e fundamentado nas relações hegemônicas (SALDANHA, 2006).

Para Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (1970), o subdesenvolvimento não está na mera divisão dos países em alta e baixa renda *per capita*, e sim pelo fato de que a baixa renda *per capita* tem como vetores fatores como a baixa demanda por bens e serviços; a fragilidade do sistema educacional, da moradia e da saúde; a insuficiente cadeia produtiva, que é pouco diversificada; e poucos investimentos, entre outros. Todas essas questões partem de uma abordagem de como as economias subdesenvolvidas agregaram-se historicamente ao cenário mundial capitalista e as maneiras em que se estruturaram os grupos sociais domésticos que tinham como característica apresentar os direcionamentos dos Estados relativos à conduta na ordem mundial.

Neste trabalho parte-se do pressuposto que devido a maior inserção político-econômica chinesa no mercado global, permitindo a China maior poder de barganha, o país oriental obteve vantagens nas relações com o Brasil.

### **Histórico das relações diplomáticas sino-brasileiras e os principais acordos de cooperação**

Nesta seção será abordada, de maneira sucinta, a reaproximação do Brasil com a República Popular da China (RPC), analisando alguns dos principais acordos e tratados político-diplomáticos que reforçaram as relações sino-brasileiras, a partir dos anos 1970. A presente seção ainda apresentará em linhas gerais os principais acordos de cooperação realizados entre chineses e brasileiros, nas últimas décadas.

No auge da Guerra Fria, o governo brasileiro negou-se a reconhecer a legitimidade do governo revolucionário comunista chinês. Após aproximações governamentais, o restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC) ocorre no governo do general Ernesto Geisel, em maio de 1974:

(...)o governo brasileiro decidiu restabelecer relações diplomáticas com Beijing, reconhecendo ser esta república a única e legítima representante do povo chinês; além disso, decidiu tomar nota da posição do governo da RPC com relação à condição de Taiwan como parte inalienável de seu território; e, finalmente, concordou que o estabelecimento de suas relações fosse baseado nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica elaborados pela diplomacia chinesa. (PINHEIRO, 1993, p. 263)

A aproximação do Brasil com a República Popular da China foi incentivada pelo

empresariado nacional, este estava em busca de novos mercados externos, o que simultaneamente ia ao encontro da política do governo de incentivo às exportações (PINHEIRO, 1993). Em março de 1979, ainda no governo de Ernesto Geisel, é assinado em Pequim o acordo comercial entre Brasil e a RPC, baseado nos princípios de igualdade e reciprocidade. Conforme o Decreto nº 83.282, de 13 de março de 1979:

(...)o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China animados pelo propósito de reforçar a amizade entre os dois povos e de fortalecer e desenvolver suas relações comerciais em base de igualdade e de benefícios recíprocos resolveram celebrar o presente Acordo Comercial.

Após o reatamento, as relações entre China e Brasil nos anos 1980 se tornaram saliente pela construção do aparelho político-institucional que guiou à assinatura de vinte e três atos liberais no decorrer do período, dentre eles acordos sobre ciência e tecnologia, utilização pacífica de energia nuclear e cooperação cultural e educacional, e acordos para criação de consulados e ademais órgãos militares (BECARD, 2008). Já nos anos 1990, as relações sino-brasileiras se fortaleceram com as visitas recíprocas de estadistas e empresários chineses e brasileiros.

Além do escopo comercial, também ganhou relevo nas relações sino-brasileiras os acordos de cooperação tecnológica. No que se refere às tecnologias espaciais, realizaram-se parcerias para o desenvolvimento de satélites, onde merece destaque o Projeto CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*). A cooperação existente no CBERS é resultado dos acordos de cooperação científica e tecnológica iniciados pelos governantes do Brasil e RPC há cerca de 20 anos com a assinatura do acordo de cooperação.

A parceria, em torno do CBERS, garantiu a ambos o domínio da tecnologia do sensoriamento remoto, estratégica para monitorar desmatamentos, áreas agrícolas e o desenvolvimento urbano. A missão de desenvolver e construir satélites no Brasil cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, e, na RPC, o programa está sob a responsabilidade da *Chinese Academy of Space Technology* (CAST).

O CBERS fez do Brasil o maior distribuidor de imagens de satélite do mundo. Além dos brasileiros, as imagens CBERS são fornecidas gratuitamente para várias nações sul-americanas que estão na área de recepção do INPE.

Desde junho de 2004, quando as imagens ficaram disponíveis na internet, já foram distribuídas mais de meio milhão de imagens CBERS para várias instituições públicas e privadas, comprovando os benefícios econômicos e sociais da oferta gratuita de dados. Além do fornecimento de imagens de satélite, que contribuiu para a popularização do sensoriamento remoto e para o



crescimento do mercado brasileiro de geo-informação, o programa CBERS promove a inovação na indústria espacial nacional, gerando empregos em um setor de alta tecnologia fundamental para o crescimento do país.

O Programa CBERS é um exemplo que deu certo na cooperação Sul-Sul ao se tratar de questões que envolvem tecnologia de ponta. E caracteriza-se como um dos alicerces da parceria estratégica entre Brasil e RPC, sendo hoje um dos principais programas de sensoriamento remoto do mundo.

Para Fujita (2001), nas oportunidades de negócio via transferência de tecnologia ou formação de *joint ventures*, destacam-se os setores: aeroespacial e de infraestrutura. O programa brasileiro de desenvolvimento de satélites ganha novo impulso, o programa de cooperação sino-brasileiro prevê o desenvolvimento de mais dois satélites. Essa cooperação técnico-científica também tende a se ampliar, pois o fluxo de delegações chinesas ao Brasil é intenso, com repercussões positivas em diferentes segmentos industriais, assim como na área de pesquisa.

Brasil e a RPC oferecem, atualmente (2011), o maior potencial de negócios no setor de infraestrutura. É nesse campo que as empresas brasileiras de engenharia pesada podem conquistar vultosos contratos na China, em virtude dos projetos e obras de sucessos já implementados em território brasileiro, que atendem as expectativas dos ambiciosos programas de desenvolvimento chinês nas áreas de energia, saneamento, irrigação, construção de moradias, transportes e outras.

Em novembro de 1993, iniciou-se o incremento das relações entre Brasil e China com a visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, com o objetivo de se organizar uma “parceria estratégica” em setores de infraestrutura e tecnologia. Nesta visita, foi assinado um protocolo de cooperação em pesquisa espacial (SARAIVA, 2007).

No setor de planejamento e infraestrutura valem ressaltar os acordos realizados em 2004, os mesmos propunham a parceria para o desenvolvimento em diversas áreas. Estas estão especificadas no “Memorando de entendimento sobre cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China” (2004), sendo: I) comércio, para incrementar o comércio bilateral e aumentar as oportunidades de exportação de ambos os países; II) construção de ferrovias, as partes dispõem-se a executar, projetos de construção de ferrovias no Brasil, com vistas a impulsionar o desenvolvimento agroindustrial, como o fornecimento à RPC de soja, minério de ferro ou outros produtos; III) construção de portos, a China estuda a viabilidade de construção, ampliação e modernização de portos no Brasil; e IV) investimentos na instalação de empresas de produção e comércio, como a cooperação na área de investimentos recíprocos em ferrovias, energia, equipamentos portuários, entre outros.

Na cooperação industrial, em 2005, Brasil e RPC também desenvolveram parcerias em alguns setores estratégicos, com especial destaque para: metalurgia, recursos minerais, tais como minério de ferro, minério de bauxita, minério de cobre, etc.; álcool combustível; cadeia de processamento de produtos agrícolas e seus derivados; construção civil; indústrias das tecnologias da informação; indústria biológica e indústria aeronáutica e espacial.

### **A balança comercial sino-brasileira: o fluxo de comércio nos anos 2000**

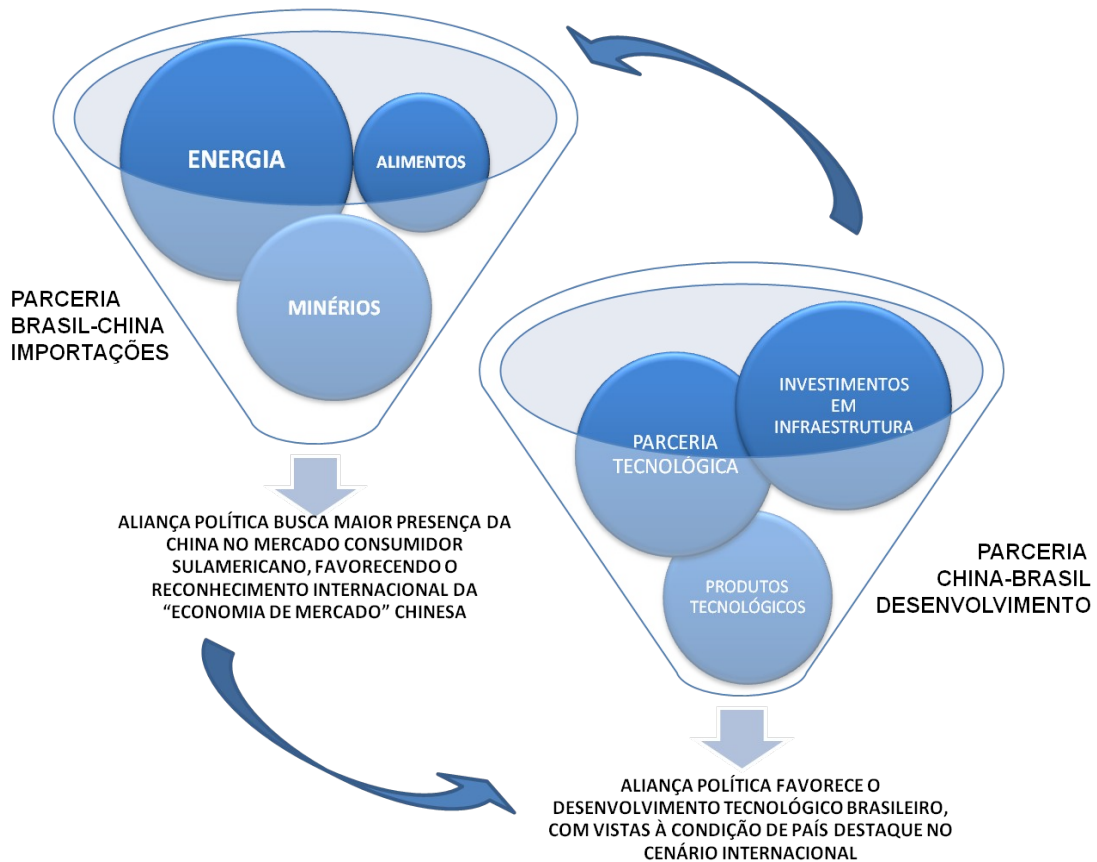
As relações comerciais entre China e Brasil ganharam relevo, principalmente, nos anos 2000, devido ao aumento da demanda chinesa por diversos produtos, principalmente primários, como minério de ferro e soja. A produção agrícola chinesa, nesta década (2000-2010), não conseguiu suprir a sua demanda interna, o mesmo ocorreu com o setor industrial que se obrigou a importar do Brasil grandes quantidades de matéria prima para suas indústrias de base.

Do lado brasileiro, o interesse pela China se deu pelo potencial chinês de investimentos, tecnologia chinesa, e produtos chineses, como aparelhos eletrônicos e de telecomunicações (ver figura 1). Os ônus impostos pela relação de interdependência não necessitam ser simétricos, todavia sempre existirão. A distribuição dos custos, assim como dos benefícios, pode alterar com o decorrer da relação, podendo ser maiores para umas das partes em um dado período e, posteriormente, para a outra. Conforme Nye e Keohane, a relação de distribuição de custos e privilégios em uma relação interdependente é assiduamente assimétrica e varia de acordo com a continuidade das transações (NYE; KEOHANE, 1977).

O principal problema enfrentado pelo Brasil diante de seu crescimento econômico foi na área da infraestrutura, ou seja, o país detém importantes reservas energéticas, terras agricultáveis e recursos minerais, mas com uma logística deficitária e pouco potencial para exploração. É neste sentido que o gigante brasileiro encontrou na China um importante aliado, principalmente no que tange aos investimentos na infraestrutura do país (ver Figura 1).



**Figura 1 – Princípios da parceria Brasil-China.**



Fonte: LUZ, 2011.

O crescimento econômico chinês se alicerçou durante as últimas décadas sobre as exportações, especialmente de produtos industrializados, cerca de 80% do total. Houve na China, desde 1980, ampla modernização do setor industrial, como compras de maquinários e cinquenta e três zonas nacionais de desenvolvimento de alta tecnologia, que funcionam como polos para a propagação e criação tecnológica.

Na mão contrária, o Brasil – por décadas – caracterizou-se como um país exportador de matérias-primas e ainda enfrenta imensas dificuldades para mudar este quadro. É necessário vitalizar os cinco principais setores da economia brasileira, tais como: maquinários, eletrônicos, petroquímica, automotivo e construção. No setor de maquinário são enfatizados os equipamentos de embalagem e componentes básicos; a tecnologia de informação deve ser focada com prioridade, incluindo equipamentos de telecomunicação, microeletrônica e computadores.

Além da pouca diversificação da pauta exportadora brasileira, fatores macroeconômicos prejudicaram a balança comercial brasileira com a RPC, na primeira década do século XXI. A China se utilizou, por longo tempo, como estratégia de desenvolvimento econômico o câmbio fixo

para o *yuan renminbi*. Como o *yuan* está desvalorizado frente as principais moedas internacionais, e também ante ao real, o resultado apareceu no favorecimento das exportações chinesas.

Na balança comercial do setor industrial o resultado desse desajuste cambial foi prejudicial para as exportações brasileiras – e excelente para as importações oriundas da China. Contudo, as enormes compras chinesas em *commodities* evitaram maiores pressões do governo brasileiro, no sentido de corrigir essa discrepância cambial. Para Cunha (2007), o efeito RPC manifestou-se no aumento na demanda internacional de *commodities*, o que contribuiu para uma forte expansão nos preços dos produtos agrícolas e minerais nos últimos três anos.

No início do período analisado, ano 2000, o Brasil obteve um pequeno *déficit* comercial com a China devido, especialmente, à timidez nas relações comerciais por parte do Brasil, que neste ano ainda tinha nas relações com os Estados Unidos maior ênfase. Todavia, a partir do ano de 2001, o Brasil alavancou suas exportações para o mercado chinês, enviando à China pesadas somas de produtos, nomeadamente primários, fechando o período 2001-2006 com um *superávit* de US\$7,5 bilhões (MDIC, 2010).

Entretanto, no ano de 2007, o Brasil voltou a apresentar *déficit* comercial com a China nesta década, quase US\$1,9 bilhão, ampliando-se o *déficit* para US\$3,5 bilhões em 2008. Esta “inversão” na balança comercial ocorreu devido ao Brasil encontrar obstáculos, como poucos investimentos e alta carga tributária, na fabricação de produtos manufaturados, não conseguindo atender suficientemente a demanda interna, obrigando-se, assim, a importar consideráveis quantias de produtos industrializados chineses.

No ano de 2009, o comércio brasileiro recuperou-se frente ao comércio chinês e fechou o ano com um *superávit* de US\$5 bilhões, mantendo essa superioridade comercial frente aos chineses no ano de 2010. Contudo, é necessário atentar ao fato de que o Brasil somente conseguiu manter o *superávit* comercial nas trocas com os chineses pelas expressivas quantidades de produtos primários, como soja e minério de ferro, enviados à RPC todos os anos. O Brasil fechou o período analisado (2000-2010) com um *superávit* favorável diante dos chineses de US\$12 bilhões.

**Tabela 1 - Fluxo de comércio do Brasil com a China 2000-2010 (em US\$ FOB)**

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2000	1.085.301.597	1.222.098.317	-136.796.720
2001	1.902.122.203	1.328.389.311	573.732.892
2002	2.520.978.671	1.553.993.640	966.985.031
2003	4.533.363.162	2.147.801.000	2.385.562.162
2004	5.441.745.722	3.710.477.153	1.731.268.569
2005	6.834.996.980	5.354.519.361	1.480.477.619

2006	8.402.368.827	7.990.415.314	411.953.513
2007	10.748.813.792	12.621.273.347	-1.872.459.555
2008	16.522.652.160	20.044.460.592	-3.521.808.432
2009	21.003.886.286	15.911.161.195	5.092.725.091
2010	30.785.906.442	25.593.772.118	5.192.134.324
<b>Total</b>	<b>109.782.135.842</b>	<b>97.478.361.348</b>	<b>12.303.774.494</b>

Fonte: LUZ, 2011.

Nota: Dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC, 2010.

O comércio entre Brasil e China seguiu em constante crescimento, nos anos 2000. Como prova disso, a China, no ano de 2010, ultrapassou os Estados Unidos, o maior parceiro comercial dos brasileiros, nos últimos oitenta anos. Alguns fatores foram decorrentes para aumentar a parceria, tais como: I) políticas similares, ambos apresentam aspirações convergentes no cenário internacional; II) são países em pleno desenvolvimento econômico, necessitando de ajuda mútua, ainda que, dado ao seu maior peso econômico, os chineses obtenham maiores lucros na relação; e III) tanto a China quanto o Brasil respeitam a soberania dos povos, a integridade das nações, a não ingerência em assuntos internos e o tratamento diplomático das questões controversas.

O mercado chinês é muito importante para a economia do país, mas a recíproca não é verdadeira. Como exemplo disso, em 2003, o Brasil só foi responsável por 0,5% das exportações chinesas, e no início de 2004 por apenas 0,4%. Nos anos posteriores houve um pequeno avanço nas relações econômico-comerciais sino-brasileiras, mas ainda o Brasil continuou a ser um parceiro com peso irrelevante para o destino das vendas chinesas (MDIC, 2010).

A presença dos produtos primários, como alimentos e minerais, na pauta exportadora chinesa foi de apenas 5%, no ano de 2007, face à 95% de produtos industrializados, como máquinas e equipamentos de transporte. Por outro lado, estima-se que cerca de 80% das exportações brasileiras sejam de *commodities*. Segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os preços atuais (2011) em alta das *commodities* sustentarão o comércio exterior brasileiro dependente de cenário e demanda internacionais oportunos para manter o nível de suas exportações. Ou seja, conforme os dados da AEB, o Brasil continuará nos próximos anos reconhecido no cenário internacional como um país agroexportador.

Faz-se importante sublinhar que no ano de 2009, 73% dos produtos brasileiros exportados para a China foram compostos de minério de ferro, soja e petróleo. No mesmo ano, o Brasil importou da RPC, principalmente produtos industrializados, mostrando a dependência da tecnologia chinesa, nos velhos moldes das relações império-colônia. Os primeiros lugares da lista são ocupados por partes e circuitos integrados para computadores, peças utilizadas em celulares e

máquinas de processamento de dados e circuitos impressos para aparelhos de telefonia (MDIC, 2010).

Nesta primeira década do século XXI, dentre os setores francamente superavitários para o Brasil destacaram-se: sementes, gorduras e óleos, minérios, madeira, carvão, ferro e aço. E dos setores francamente superavitários para a RPC destacaram-se: produtos químicos orgânicos, têxtil, eletroeletrônicos, óptica e fotografia, telecomunicações e brinquedos (MDIC, 2010).

Um dos principais motivos da visita do presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, à China, em maio de 2010, no intuito de manter consolidada a balança comercial brasileira diante da China, foi à abertura do mercado chinês à carnes de frango e suína vendidas pelo Brasil. Apesar de plausível o esforço do governante brasileiro, esse ato só reforça a expressiva exportação de produtos primários à China face a compra de industrializados chineses.

No início de 2011, 97% das mercadorias importadas da China são produtos industrializados ao passo que 83% dos produtos brasileiros enviados à RPC são bens primários, sendo 61% de minério de ferro. No mês de abril de 2011, a presidente Dilma Rousseff, sucessora do presidente Lula, visitou a China no intuito de aumentar a diversificação dos produtos brasileiros enviados à China.

Neste sentido, a visita da presidente Dilma ao país oriental esteve rodeada de estratégias, pois conforme a governanta brasileira, o país precisa diversificar a pauta das exportações brasileiras para a China. Dilma batalhou, ainda, pelas vendas das aeronaves da Embraer, por parcerias tecnológicas, inovação e desenvolvimento de produtos com tecnologia puramente binacionais.

### **Considerações finais**

Nos anos 2000, as relações entre China e Brasil caracterizaram-se, de um lado, pelo interesse chinês nos produtos primários brasileiros, e também na busca por um importante aliado político na América do Sul. E de outro, pela necessidade brasileira em investimentos e tecnologia chinesa.

A China tem uma importância substancial na balança comercial brasileira, pois devido ao grande mercado consumidor chinês, se pode vender, praticamente, todos os tipos de produtos e em enormes quantidades. Por outro lado, a importância do Brasil para a China é mais política do que comercial, tendo em vista as aspirações chinesas de ser reconhecida internacionalmente como uma economia de mercado. E um aliado que é líder regional na América do Sul serve perfeitamente às pretensões chinesas.

Entretanto, as análises referentes às relações comerciais sino-brasileiras demonstraram que o Brasil tem grandes dificuldades para produzir tecnologia dentro de seu país. O governo não investe

maciçamente em produtos de alta tecnologia, e nem em profissionais especializados, ficando assim obrigado a importar grande parte desses produtos, inclusive mais recentemente da própria China. O governo chinês pretende ser autossuficiente em todos os ramos de tecnologia, e assim produzir todos os tipos de produtos de baixo e alto valor agregado, e para isso investe maciçamente no setor industrial e tecnológico.

As relações comerciais sino-brasileiras são benéficas para a China e de saliente dependência brasileira por parte dos investimentos e tecnologia chinesa. É válido reforçar que os chineses compram do Brasil, principalmente, *commodities* e oferecem em troca produtos industrializados e tecnológicos. Essa condição somente não se transformou em *déficit* na balança comercial brasileira, pois no período analisado, o Brasil obteve *superávit* de US\$12 bilhões diante da China, devido às expressivas quantidades de *commodities* enviadas à RPC. Apesar das relações comerciais da China com o Brasil aumentarem consideravelmente nos anos 2000, é válido atentar para que o Brasil não se transforme apenas em um mero produtor e exportador de matérias-primas à China.

Conforme asseverado por Keohane, as relações ocorridas no contexto geopolítico internacional, nada mais são do que relações de poder. Sendo assim, essas assimetrias aparecem nitidamente nas negociações sino-brasileiras, que em vários momentos remetem as antigas relações impérios-coloniais, ou seja, as ofertas de produtos de alto valor pelos produtos primários das colônias, gerando ampla dependência de uma parte à outra.

As desigualdades estão cada vez mais evidentes nas relações sino-brasileiras no momento em que se evidenciam como perseverantes aspectos como distância geográfica, diferenças étnico-culturais, influência política desigual perante os órgãos internacionais, capacidade de investimentos desproporcionais. De maneira geral, estes fatores ao final favoreceram a China nas relações comerciais.

Conclui-se ao final que as relações econômicas entre China e Brasil caracterizaram-se como assimétricas ou de dependência, visto que o Brasil ofereceu ao dragão chinês, de maneira geral, produtos primários em troca de tecnologia e pesados investimentos chineses.

## Referências

AMIN, S. **O imperialismo, passado e presente**. Tempo, Vol. 9, n. 18. Niterói, Jan./Jun., 2005.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

CUNHA, André Moreira. **As diplomacias do Yuan Fraco**. Revista Econômica Contemporânea,

Rio de Janeiro, 2007.

FREITAS, Fabiana Paschoal de. Interdependência e opinião pública. In: OLIVEIRA, Odete M. de; DAL RI Jr., Arno (orgs.) **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. p. 393-426. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

FUJITA, Edmundo. Carta Internacional. In: FÓRUM DE COOPERAÇÃO DA AMÉRICA LATINA-ÁSIA DO LESTE. PRIMEIRA REUNIÃO DE CHANCELERES, IX, Santiago, 2001. São Paulo, 2001.

KEOHANE, Robert O. Soberania estatal e instituições multilaterais: respostas à interdependência assimétrica. In: MOISÉS, José Á. **O futuro do Brasil, a América Latina e o fim da Guerra Fria**. Cap. 9, p. 165-191, tradução de Álvaro de Vita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MERLE, Marcel. *La vie internationale*. Paris, *Librairie Armand Colin*, 1970.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. *Power and Interdependence: world politics in transition*. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

OLIVEIRA, Odete Maria. de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2007.

PINHEIRO, Leticia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 247-270, 1993,.

SALDANHA, E. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação sul-sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.